

SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO	17
-------------------------	-----------

2

CONCURSO DE PESSOAS, CONCEITUAÇÃO E PREMISSAS TEÓ- RICAS	21
2.1 CONCEPÇÕES DE BASE CAUSAL	24
2.2 CONCEPÇÕES DE BASE TELEOLÓGICA	29
2.3 CONCEPÇÕES DE BASE ONTOLÓGICA	31

3

TEORIAS SOBRE O CONCURSO DE PESSOAS E PRINCIPAIS CRÍ- TICAS.....	35
3.1 TEORIA OBJETIVO-FORMAL	40
3.2 TEORIAS OBJETIVO-MATERIAIS	45
3.2.1 Teoria da necessidade	46
3.2.2 Teoria da simultaneidade	47
3.2.3 Teoria da causalidade física e da causalidade psíquica.....	49
3.2.4 Teoria da supremacia	50
3.3 TEORIA OBJETIVO-FINAL	52
3.4 TEORIAS SUBJETIVAS.....	54
3.4.1 Teorias do dolo	56
3.4.2 Teorias dos interesses.....	58
3.5 TEORIAS MISTAS.....	60

4

PARTICIPAÇÃO E ACESSORIEDADE	63
4.1 A ACESSORIEDADE E A FUNÇÃO DE GARANTIA DO TIPO PENAL	64
4.2 OS NÍVEIS DE ACESSORIEDADE EXIGIDOS PARA A PUNIÇÃO.....	72
4.3 A FUNDAMENTAÇÃO DA PUNIÇÃO DO PARTÍCIPE.....	75
4.4 PARTICIPAÇÃO, ACESSORIEDADE E AS CHAMADAS CON- DUTAS NEUTRAS.....	84
4.5 TOMADA DE POSIÇÃO PARCIAL SOBRE A ACESSORIEDA- DE	94

5

O DOMÍNIO FINAL DO FATO: A CONCEPÇÃO DE HANS WELZEL.	107
5.1 AUTORIA.....	110
5.2 AUTORIA MEDIATA	112
5.3 COAUTORIA	116
5.4 PARTICIPAÇÃO.....	117
5.5 CRÍTICA À POSIÇÃO DE WELZEL	120

6

O DOMÍNIO DO FATO E O SEU APERFEIÇOAMENTO NA OBRA DE CLAUS ROXIN	125
6.1 PREMISSAS TEÓRICAS	126
6.2 A CONCEPÇÃO FUNCIONALISTA TELEOLÓGICA DE AU- TORIA	129
6.3 DOMÍNIO DA AÇÃO: A AUTORIA IMEDIATA.....	132
6.3.1 Crítica ao domínio da ação	135
6.3.2 Tomada de posição parcial sobre o domínio da ação.....	137
6.4 DOMÍNIO DA VONTADE: A AUTORIA MEDIATA	139
6.4.1 Domínio da vontade em virtude de coação.....	140

6.4.2	Domínio da vontade em virtude de erro.....	145
6.4.3	Domínio da vontade em virtude da utilização de inimpugnáveis.....	152
6.4.4	Domínio da vontade em virtude de aparatos organizados de poder.....	155
6.4.5	A não configuração do domínio da vontade	157
6.4.6	Crítica ao domínio da vontade.....	161
6.4.7	Tomada de posição parcial sobre o domínio da vontade..	164
6.5	DOMÍNIO FUNCIONAL DO FATO: A COAUTORIA.....	177
6.5.1	A cooperação na fase executiva.....	177
6.5.2	A cooperação na fase preparatória.....	181
6.5.3	Crítica ao domínio funcional do fato	183
6.5.4	Tomada de posição parcial sobre o domínio funcional do fato.....	187
6.6	DELITOS A QUE NÃO SE APLICA A TEORIA.....	193
6.6.1	Delitos de dever	194
6.6.2	Delitos de mão própria.....	197
6.6.3	Delitos culposos.....	198
6.6.4	Crítica à não pretensão de universalidade do domínio do fato.....	199
6.6.5	Tomada de posição parcial sobre os delitos a que não se aplicam a teoria.....	205

7

BREVE HISTÓRICO LEGISLATIVO E DOUTRINÁRIO BRASILEIRO SOBRE O CONCURSO DE PESSOAS 209

7.1	BREVE HISTÓRICO LEGISLATIVO BRASILEIRO	209
7.2	PANORAMA DOUTRINÁRIO SOBRE O CONCURSO DE PESSOAS NO BRASIL	216

8

O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO E O DOMÍNIO DO FATO..... 225

8.1	DA COMPATIBILIDADE DO DOMÍNIO DO FATO COM O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO	225
-----	---	-----

8.2	O CONCURSO DE AGENTES E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	231
8.2.1	A autoria imediata nos delitos de domínio.....	231
8.2.2	A autoria mediata nos delitos de domínio.....	232
8.2.3	A coautoria nos delitos de domínio.....	242
8.2.4	A participação nos delitos de domínio.....	244
8.2.5	Concurso de agentes nos delitos de dever	251
8.2.6	Concurso de agentes nos delitos de mão própria	254
8.2.7	Concurso de agentes nos crimes culposos.....	257
8.2.8	Concurso de agentes nos crimes omissivos.....	263
8.3	DAS CONSEQUÊNCIAS DA TEORIA: A APLICAÇÃO DA PENA A AUTORES E PARTÍCIPES	265
8.3.1	Participação de menor importância	266
8.3.2	Cooperação dolosamente distinta.....	269
8.3.3	Agravantes no concurso de pessoas.....	270

9

CONCLUSÃO	275
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	283